



06 DE JUNHO DE 2017

Terça-feira

- NOVOS PROJETOS DE LEI - DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS LEGISLATIVO Nº 15. XIII . 02 DE JUNHO DE 2017
- INDÚSTRIA AUTOMOTIVA CRIOU 478 VAGAS DE EMPREGO EM MAIO, DIZ ANFAVEA
- PRODUÇÃO DE VEÍCULOS DO BRASIL SOBE 25% EM MAIO ANTE ABRIL
- MAIO FOI O MELHOR MÊS NAS EXPORTAÇÕES DE VEÍCULOS DA HISTÓRIA, DIZ ANFAVEA
- ANFAVEA AINDA VÊ DEMANDA EXPRESSIVA NA ARGENTINA, MAS PAÍS PERDE ESPAÇO NA REGIÃO
- VENDA DE VEÍCULOS NOVOS SOBE 24,6% EM MAIO ANTE ABRIL, DIZ ANFAVEA
- IPI DE CARRO ELÉTRICO PODE SER REDUZIDO, DIZ MINISTRO
- BMW INICIA NOVOS TESTES DE TELEMÁTICA NO BRASIL
- PEQUENAS INDÚSTRIAS SÃO AS MAIS AFETADAS PELA CRISE, DIZ CNI
- COMO A REFORMA PRETENDE ACABAR COM A INDÚSTRIA DAS AÇÕES TRABALHISTAS
- PARA FEBRABAN, CRISE POLÍTICA NÃO DEVE ATRAPALHAR ANDAMENTO DE REFORMAS
- MP DO PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA É SUBSTITUÍDA POR NOVO TEXTO
- A CARGA TRIBUTÁRIA CAIU. PARECE UMA BOA NOTÍCIA, MAS VAI SOBRAR PARA VOCÊ
- CENTRAIS SINDICAIS APROVAM INDICATIVO PARA NOVA GREVE GERAL NO DIA 30
- DILEMA: PRÓS E CONTRAS DA LEI DA TERCEIRIZAÇÃO
- ARTIGO: REFORMA: A ATUALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES TRABALHISTAS
- SENADORES DA OPOSIÇÃO LEEM VOTOS EM SEPARADO ANTES DE VOTAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA NA CAE
- PAIM DISSE ESPERAR QUE A CAE REJEITE O PROJETO DA REFORMA TRABALHISTA
- SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN LÊ RELATÓRIO ALTERNATIVO SOBRE REFORMA TRABALHISTA

- JUCÁ: ANTECIPAR TRAMITAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA SÓ GERARIA MAIS DESENTENDIMENTO
- CAS DEVERÁ VOTAR PROJETO QUE PROTEGE TRABALHADOR DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA
- INDICADOR DE DESEMPREGO (ICD) RECUA 0,10 PONTO EM MAIO, DIZ FGV
- INDICADOR ANTECEDENTE DE EMPREGO CAI EM MAIO APÓS CRISE POLÍTICA
- PARA TRABALHADORES E ECONOMISTAS, REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE EMPOBRECER O INTERIOR
- MEIRELLES LEVARÁ PARA OCDE MENSAGEM DE QUE GOVERNO TRABALHA POR REFORMAS
- RODRIGO MAIA NEGA QUE REFORMA DA PREVIDÊNCIA FICARÁ PARA 2º SEMESTRE
- CPI DA PREVIDÊNCIA: 'REFORMA É DESUMANA', AFIRMAM JUÍZES E PROCURADORES
- APROVAÇÃO DE REFORMAS É FUNDAMENTAL PARA SUSTENTABILIDADE DA DESINFLAÇÃO, DIZ ATA
- ECONOMIA SEGUE COM ALTO NÍVEL DE OCIOSIDADE DOS FATORES DE PRODUÇÃO, DIZ BC
- CRISE POLÍTICA DIFICULTA QUEDA MAIS RÁPIDA DOS JUROS, AFIRMA BC
- DÓLAR CAI ANTE REAL COM BC E TETO INFORMAL, MAS CAUTELA PERMANECE COM CENA POLÍTICA
- MAIOR PRODUTORA DO MUNDO, CHINA ENFRENTA ESCASSEZ DE AÇO

CÂMBIO		
EM 06/06/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,282	3,282
Euro	3,697	3,698

Fonte: BACEN

06/06/2017 – Fonte: FIEP

Confira nessa edição os novos projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleia Legislativa do Estado.
Para acessar a íntegra, CLIQUE AQUI.

ÍNDICE

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL INTERESSE GERAL DA INDÚSTRIA REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS

Revogação da necessidade de averbação do contrato de licença no INPI em relação a terceiros

PL 7599/2017 do deputado Jhc (PSB/AL)

Doação de material de contrabando para instituições filantrópicas

PL 7632/2017 do deputado Cabo Sabino (PR/CE)

COMÉRCIO EXTERIOR E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

Letras de Comércio Exterior (LCE) e sistema de registro, custódia, compensação e liquidação para operações de comércio exterior

PL 7628/2017 do deputado Walter Ihoshi (PSD/SP)

RELAÇÕES DE CONSUMO

Rescisão contratual pelo mesmo meio utilizado na contratação

PL 7649/2017 do deputado Rafael Motta (PSB/RN)

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Iniciativas estratégicas de investimento

PEC 321/2017 do deputado Lúcio Vale (PR/PA)

Atribuição de valores não reclamados referentes a precatórios ao Poder Judiciário

PL 7626/2017 do Poder Executivo

Instituição do voto facultativo nas eleições

PEC 18/2017 do senador Romero Jucá (PMDB/RR)

MEIO AMBIENTE

Utilização de sistema de captação e reaproveitamento de águas pluviais em projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços

PL 7635/2017 do deputado Helder Salomão (PT/ES)

Áreas de preservação permanente em perímetro urbano e nas regiões metropolitanas

PL 7646/2017 do deputado Cesar Souza (PSD/SC)

Implantação de postos de recolhimento de lixo eletrônico

PL 7652/2017 do deputado Fábio Faria (PSD/RN)

Uso pelo Poder Público de instrumentos utilizados em crimes ambientais

PL 7655/2017 do deputado Lindomar Garçon (PRB/RO)

Criação de corredores ecológicos na Mata Atlântica

PL 7660/2017 do deputado Francisco Floriano (DEM/RJ)

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

ORGANIZAÇÃO SINDICAL E CONTRIBUIÇÃO

Atribuições e prerrogativas das centrais sindicais

PL 7640/2017 do deputado Walter Ihoshi (PSD/SP)

Transparência de informações administrativas e orçamentárias no âmbito das entidades sindicais

PL 7709/2017 do deputado Sandro Alex (PSD/PR)

OUTRAS MODALIDADES DE CONTRATOS

Incentivos para contratação de empregados com idade igual ou superior a 60 anos
PLS 154/2017 do senador Pedro Chaves (PSC/MS)

JUSTIÇA DO TRABALHO

Correção dos débitos trabalhistas pelo índice IPCA-E
PL 7634/2017 do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT)

BENEFÍCIOS

Ampliação dos prazos da licença maternidade e paternidade
PL 7601/2017 do deputado Fábio Sousa (PSDB/GO)
Ampliação dos prazos das licenças maternidade e paternidade e compartilhamento da licença
PLS 151/2017 da senadora Rose de Freitas (PMDB/ES)
Aumento da licença maternidade e paternidade
PL 7666/2017 do deputado Aureo (SD/RJ)
Nova hipótese de falta justificada em caso de doação de leite materno
PL 7674/2017 da deputada Pollyana Gama (PPS/SP)

RELAÇÕES INDIVIDUAIS DO TRABALHO

Texto da Convenção sobre Trabalho Marítimo - CTM
MSC 140/2017 do Poder Executivo
Regime de unificação das contribuições sociais e demais encargos incidentes sobre a remuneração do empregado
PL 7654/2017 da deputada Norma Ayub (DEM/ES)

INFRAESTRUTURA

Permissão para contratação temporária de trabalhador portuário
PLS 150/2017 da senadora Rose de Freitas (PMDB/ES)
Determinação de atendimento especializado em concessionárias e instituições financeiras para pessoas com deficiência
PLS 155/2017 do senador Telmário Mota (PTB/RR)
Critérios para a celebração de aditivos contratuais relativos às outorgas nos contratos de parceria aeroportuária
MPV 779/2017 do Poder Executivo

SISTEMA TRIBUTÁRIO

OBRIGAÇÕES, MULTAS E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIAS

Quebra de sigilo fiscal no âmbito administrativo
PLP 373/2017 do deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA)
Instituição de parcelamento de dívidas de Estados e Municípios referentes a Contribuições Sociais para a Seguridade
MPV 778/2017 do Poder Executivo
Alterações no procedimento de cobrança da dívida ativa
PL 7631/2017 do deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA)
Revogação do Programa de Regularização Tributária (PRT)
PDC 660/2017 do deputado Alfredo Kaefer (PSL/PR)
Instituição do Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD)
MPV 780/2017 do Poder Executivo

INTERESSE SETORIAL

INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA

Regras para a rotulagem frontal de alimentos que contenham quantidades elevadas de açúcar, gordura saturada, trans e de sódio
PL 7621/2017 do deputado Luiz Lauro Filho (PSB/SP)

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Isenção do IPI para automóveis destinados a taxi e para moto táxi
PL 7597/2017 do deputado Nelson Pellegrino (PT/BA)

Comercialização exclusiva de veículos com resultados mínimos em testes de impacto
PLS 152/2017 do senador Elmano Férrer (PMDB/PI)

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Responsabilidade solidária por danos decorrentes de defeitos na construção de imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida

PL 7622/2017 do deputado Carlos Henrique Gaguim (PTN/TO)

INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA

Vedação de cobrança por serviços de energia elétrica não realizados

PL 7645/2017 do deputado Aureo (SD/RJ)

INDÚSTRIA DE EXPLOSIVOS

Legislação exclusiva da União na fabricação, comércio e uso de artigos pirotécnicos

PL 7618/2017 do deputado Jaime Martins (PSD/MG)

INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA

Utilização de embalagens com lacre nos produtos saneantes

PL 7644/2017 do deputado Aureo (SD/RJ)

INDÚSTRIA PETROLÍFERA

Sustação da Sistemática para Desinvestimentos de Ativos e Empresas da Petrobras

PDC 674/2017 do deputado Davidson Magalhães (PCdoB/BA)

PDS 107/2017 do senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

INDÚSTRIA DE VEÍCULOS DE DUAS RODAS

Isenção de IPI para motocicletas utilizadas por motoboys e mototaxistas

PL 7653/2017 do deputado Assis Melo (PCdoB/RS)

NOVOS PROJETOS DE LEI ESTADUAL

INTERESSE SETORIAL

Indústria automobilística

Garante às pessoas com deficiência o direito de atualização inflacionária sobre o valor do teto definido para aquisição de veículos automotores com benefício fiscal

PL 20/2017 de autoria do deputado Ney Leprevost (PSD)

Indústria farmacêutica

Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas drogarias e farmácias do Paraná

PL 241/2017 de autoria do deputado Stephanes Junior (PSB)

REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA

Relação de consumo

Institui a "Semana do Consumidor Paranaense"

PL 73/2017 de autoria do deputado Gilberto Ribeiro (PR)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição ao consumidor de todos os ingredientes, temperos e aditivos que compõem as refeições fornecidas nos estabelecimentos que atendem pelos sistemas "à la carte" e ou "self service"

PL 242/2017 de autoria do deputado Marcio Pacheco (PPL)

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Estabelece critérios para a criação e instituição de datas e semanas comemorativas no Estado do Paraná

PL 230/2017 de autoria do deputado Felipe Francischini (SD).

Indústria automotiva criou 478 vagas de emprego em maio, diz Anfavea

06/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

As montadoras abriram 478 vagas no mês passado, incluindo nessa conta as fábricas de máquinas agrícolas, também associadas à Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

A indústria automobilística terminou maio com 121,4 mil pessoas ocupadas. O número representa, porém, a eliminação de 6,58 mil postos se comparado ao total empregado pelas montadoras um ano atrás.

Na apresentação do resultado à imprensa, o presidente da Anfavea, Antonio Megale, informou que, diante de uma ociosidade superior a 50%, 10,3 mil empregados das fábricas de veículos continuam trabalhando em esquemas de jornada restrita, seja em lay-off (suspensão dos contratos), no qual os operários ficam afastados das linhas de produção por até cinco meses, seja no Programa de Seguro-Emprego (PSE), no qual o horário de trabalho, bem como os salários, é reduzido.

Produção de veículos do Brasil sobe 25% em maio ante abril

06/06/2017 – Fonte: Folha de S.Paulo



A indústria brasileira de veículos teve alta de 25,1% na produção em maio ante abril, para 237,1 mil carros, comerciais leves, caminhões e ônibus, informou a associação de montadoras, Anfavea, nesta terça-feira (6).

Na comparação com maio de 2016, a produção foi 33,8% maior, acumulando nos cinco primeiros meses do ano crescimento de 23,4% no volume produzido sobre um ano antes, para 1,037 milhão de unidades.

As vendas de veículos novos totalizaram 195,6 mil unidades em maio, elevação de 24,6% sobre abril e de 16,8% ante maio de 2016, segundo a associação. Desde janeiro, foram comercializadas 824,49 mil unidades, acréscimo de 1,6% na comparação com os cinco primeiros meses do ano passado.

"O acumulado de janeiro a maio teve crescimento modesto, mas em linha com a expectativa de estabilização", ressaltou o presidente da entidade, Antonio Megale.

Megale disse que a Anfavea mantém suas previsões para 2017 e aguarda acontecimentos das próximas semanas para avaliar eventual revisão. No caso específico da produção e exportação, disse que o viés é positivo, "mas que aguarda maior clareza no quadro político para revisar previsões para 2017".

Por ora, a Anfavea prevê crescimento de 11,9% na produção total de veículos do país neste ano em relação a 2016, bem como alta de 4% nas vendas totais e de 7,2% nas exportações totais.

"A Anfavea defende que se resolva a crise o mais rápido possível, qualquer que seja a decisão. Queremos no comando alguém comprometido com as reformas trabalhista e tributária, que são fundamentais para o mínimo de estabilidade", destacou Megale.

EXPORTAÇÕES

As exportações de autoveículos, máquinas agrícolas e rodoviárias em maio cresceram 19,9% ante abril, somando R\$ 1,47 bilhão, informou a Anfavea. Na comparação com maio de 2016, as exportações tiveram alta de 56,9%.

"Esperávamos que as exportações fossem positivas, mas estão superando as expectativas", disse Megale.

No acumulado dos cinco primeiros meses deste ano, as exportações de autoveículos e máquinas agrícolas e rodoviárias atingiram R\$ 6,04 bilhões, superando em 52,7% o desempenho de janeiro a maio de 2016.

As vendas internas de máquinas agrícolas totalizaram 4.100 unidades em maio, alta de 17,6% sobre abril e de 16,4% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. De janeiro a maio, foram vendidas 17,3 mil máquinas agrícolas, um número 28,7% maior em relação aos cinco primeiros meses de 2016.

No segmento de agronegócios, a Anfavea espera um resultado ainda melhor no segundo semestre. "As empresas se preparam para atender uma demanda possivelmente mais forte nos próximos meses com o novo Plano Safra", disse Megale. O anúncio do novo Plano Safra está previsto para quarta-feira.

Maio foi o melhor mês nas exportações de veículos da história, diz Anfavea

06/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

No melhor mês das exportações de veículos da história, as montadoras embarcaram em maio 73,4 mil carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus, uma alta de 51,1% na comparação com igual período de 2016. Frente a abril, os volumes exportados subiram 21%.

O resultado leva para 307,6 mil veículos o total exportado nos cinco primeiros meses do ano, alta de 61,8% e também o maior volume acumulado, entre períodos equivalentes, da história.

Os números foram divulgados nesta terça-feira, 6, pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), entidade que representa as montadoras instaladas no País.

O faturamento dessa indústria com exportações subiu 56,9% em maio, na comparação com igual período de 2016, chegando a US\$ 1,47 bilhão.

Em relação a abril, houve alta de 19,9% no montante obtido pelo setor com embarques ao exterior.

O resultado leva para US\$ 6,04 bilhões – alta de 52,7% no comparativo interanual – o total faturado nos cinco primeiros meses do ano. Além de veículos, o balanço inclui as exportações de autopeças feitas pelas montadoras, assim como as vendas externas das fábricas de máquinas agrícolas, também associadas à Anfavea.

Insuficiente

Apesar do desempenho recorde, o presidente da Anfavea, Antonio Megale, disse, durante a apresentação do resultado à imprensa, que o crescimento das exportações é insuficiente para compensar a fragilidade do mercado interno, o que faz a indústria automobilística seguir operando com ociosidade superior a 50%. Só nas fábricas de caminhões, a ociosidade gira ao redor de 80%.

Anfavea ainda vê demanda expressiva na Argentina, mas país perde espaço na região

06/06/2017 – Fonte: Reuters

A Argentina ainda é o grande parceiro comercial da indústria automotiva do Brasil, mas seu percentual de participação nas exportações brasileiras está diminuindo este ano porque outros países vizinhos estão comprando mais veículos, disse nesta terça-feira o presidente da associação de montadoras, Antonio Megale.

Ele afirmou que o mercado interno argentino sinaliza uma demanda "bastante expressiva" de 800 mil a 900 mil unidades em 2017, mas destacou que Chile e Colômbia, por exemplo, aumentaram muito as compras.

"Só para o Chile as exportações aumentaram mais de 200 por cento (no acumulado de janeiro a maio)", ressaltou. Ele atribui o crescimento ao câmbio favorável e também ao Inovar Auto, que "trouxe melhora técnica em produtos fabricados no Brasil".

No caso do mercado colombiano, o presidente da Anfavea observou que a indústria brasileira atualmente responde por 6 a 7 por cento da demanda por veículos, mas tem potencial de elevar essa participação para 15 a 20 por cento. "Só dependemos da assinatura do acordo (automotivo) por parte dos colombianos. É uma questão burocrática", afirmou Megale.

No acumulado deste ano, as exportações de veículos para Colômbia acumulam alta de 63 por cento, de acordo com ele.

Venda de veículos novos sobe 24,6% em maio ante abril, diz Anfavea

06/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

Balanço divulgado nesta terça-feira, 6, pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a entidade que representa as montadoras instaladas no país, mostra que as vendas de veículos tiveram alta de 16,8% no mês passado, se comparadas a maio de 2016.

Entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus, 195,6 mil veículos foram comercializados no País, 24,6% acima do número registrado em abril.

As vendas voltaram a subir nos cinco primeiros meses de 2017, quando os 824,5 mil veículos emplacados representaram um aumento de 1,6% em relação a igual período de 2016.

Na apresentação do resultado à imprensa, o presidente da Anfavea, Antonio Megale, frisou que desde o primeiro bimestre de 2014 o setor não mostrava crescimento em volumes acumulados.

Por categoria, os emplacamentos de automóveis de passeio e utilitários leves, como picapes e vans, subiram 17,3% na comparação com maio de 2016 e 24,7% em relação a abril. No total, 190,4 mil carros foram comercializados no mês passado.

Já os licenciamentos de caminhões, de 4,1 mil unidades em maio, subiram 0,7% se comparados ao mesmo período de 2016. Frente a abril, as vendas dos veículos pesados de carga cresceram 18,3%.

O levantamento mostra ainda que as vendas de ônibus somaram 1,1 mil unidades no mês passado, uma leve alta de 0,2% na comparação anual. Em relação a abril, as vendas de coletivos subiram 35,6%.

IPI de carro elétrico pode ser reduzido, diz ministro

06/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro de Minas e Energia (MME), Fernando Coelho Filho, disse que o governo estuda reduzir o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que incide sobre veículos elétricos, hoje em 25%. A ideia é aplicar a mesma alíquota do imposto cobrado sobre veículos "flexfuel" que, segundo o ministro, é de 7,5%.

“Queremos pelo menos igualar aos 7,5%. Alguns defendem até que seja menos que isso”, afirmou Coelho Filho.

O ministro recebeu na segunda-feira, 5, um veículo elétrico, adaptado pela usina de Itaipu. O modelo, um Renault Fluence preto, será o carro oficial do ministro.

Um eletroposto, que servirá para recarregá-lo, foi instalado em frente ao edifício do MME. Embora já seja realidade em alguns países do mundo, os veículos elétricos ainda não são populares no Brasil.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) começou a discutir uma regulamentação para a infraestrutura de postos de recarga para esses veículos, que poderá ser explorada por distribuidoras e também por terceiros.

Mesmo sendo alto o custo do veículo elétrico e de sua recarga, o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, disse ser contra a criação de subsídios para o setor. “Não podemos mais uma vez inaugurar um novo subsídio cruzado no setor elétrico. A infraestrutura de reabastecimento não é barata e não parece razoável que seja paga por todos consumidores”, afirmou. “O usuário do veículo elétrico deve ter sinal de preço para custear isso.”

O ministro concordou com a opinião de Rufino.

“A escala dos veículos elétricos vai se dar quando as condições estiverem lançadas. A indústria, quando sentir que o ambiente é propício a isso, vai investir”, afirmou. “Ainda é caro, mas a solução não é criar subsídios. A gente luta incansavelmente para reorganizar o setor em relação a todos os subsídios que foram criados no passado.”

BMW inicia novos testes de telemática no Brasil

06/06/2017 – Fonte: Automotive Business



O Grupo BMW inicia nesta semana testes voltados para a área de infoentretenimento e telemática no Brasil. Para isto, a montadora trouxe ao País uma unidade do modelo Série 1 Sedan, que não é vendido por aqui, e que veio exclusivamente para as análises.

Os ensaios técnicos serão conduzidos pela equipe de especialistas do centro de pesquisa e desenvolvimento do Grupo BMW, que fica localizado em Santa Catarina e serão feitos no próprio estado e também em São Paulo.

“Os testes envolvendo o BMW Série 1 Sedan, um produto voltado exclusivamente para outros mercados, comprovam a capacidade de desenvolvimento do time no Brasil. Vamos ampliar os testes com assistência de condução, realidade aumentada e outros testes específicos”, afirma o gerente sênior de sistemas eletrônicos do Grupo BMW no Brasil, Stefan Fikar.

“Estes testes também ajudam o desenvolvimento de produtos para o Brasil, hoje, 100% dos veículos vendidos pelo Grupo no País estão sempre online”, informa.

Os testes vão contribuir para o aperfeiçoamento de projetos na área de infoentretenimento e telemática, entre eles, tecnologias de assistência de condução,

monitoramento de informações de trânsito em tempo real, realidade aumentada e captação de informações por meio de antenas.

Inaugurado há dois anos, o centro de P&D da BMW no Brasil possui relevância estratégica na concepção e aperfeiçoamento de tecnologias tanto para o Brasil quanto para o grupo em âmbito global. Tem sido o responsável pela realização de testes de validação de dispositivos de navegação e pelas adequações do sistema BMW ConnectedDrive para diferentes mercados.

Especificamente para o mercado brasileiro, o centro de P&D vem desenvolvendo dispositivos de reconhecimento de voz em português do Brasil e das conexões de telemática com operadoras de telefonia móvel no País. Além deste no Brasil, o Grupo BMW conta com centros de P&D na Alemanha, Áustria, China, Coréia do Sul, Japão e Estados Unidos.

Pequenas indústrias são as mais afetadas pela crise, diz CNI

06/06/2017 – Fonte: Exame

Segundo um estudo da CNI, as indústrias de pequeno porte têm obtido indicadores piores que as de grande porte desde o início de 2015



Indústria: os números foram obtidos com base na Sondagem Industrial (Wilson Dias/Agência Brasil)

Responsáveis pela metade dos empregos na indústria, as pequenas empresas têm sido as mais afetadas pela crise, indica levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Com acesso restrito ao crédito e com menos reservas para suportar a queda da demanda, as indústrias de menor porte têm mais dificuldade de se recuperar da recessão.

O estudo mostra que as indústrias de pequeno porte têm obtido indicadores piores que as de grande porte desde o início de 2015, quando o país entrou em recessão. Os números foram obtidos com base na Sondagem Industrial, pesquisa mensal divulgada pela CNI que revela as expectativas e as decisões dos empresários da indústria. Medida de 0 a 100 pontos, a Sondagem Industrial tem uma linha de corte de 50 pontos, que indica estabilidade.

A pesquisa indica cenário negativo abaixo desse valor e perspectivas favoráveis acima desse nível. Com a intensificação da crise econômica, toda a indústria passou a registrar indicadores abaixo de 50 pontos, mas as pequenas empresas sempre ficaram atrás das grandes.

Entre 2015 e 2017, os indicadores de produção e de número de empregados têm oscilado em torno de 40 pontos, contra 45 pontos das grandes indústrias.

Em relação à expectativa de demanda, as pequenas empresas oscilaram em torno de 46 pontos. As indústrias de maior porte registraram 49 pontos, ainda pessimista, mas próximo da estabilidade. Os números foram obtidos retirando-se a mediana (valor central em torno do qual um indicador oscila) da Sondagem Industrial.

As disparidades são maiores nos indicadores que refletem as finanças das empresas.

Nos últimos dois anos e meio, o indicador de situação financeira (avaliação do empresário sobre as finanças da companhia) tem variado em torno de 34 pontos para as pequenas indústrias, contra 43 para as grandes companhias. No acesso ao crédito, a pontuação tem oscilado em torno de 27,5 pontos para as menores empresas e 33,5 para as maiores.

Em relação à utilização da capacidade instalada, o levantamento mostra maior ociosidade nas pequenas indústrias. A mediana para as empresas de menor porte corresponde a 58% de utilização do maquinário, contra 70% para as de maior porte. Em abril, as indústrias menores utilizavam 57% da capacidade instalada, contra 67% registrados nas grandes fábricas.

Crédito difícil Segundo a CNI, a melhoria do acesso ao crédito, a desburocratização e a melhoria do ambiente de negócios representam os principais caminhos para recuperar a atividade da indústria, principalmente das de menor porte.

A entidade aponta, como principais dificuldades, taxas de juros elevadas e exigência de garantias reais – bens que podem ser tomados pelo banco em caso de calote.

De acordo com a CNI, no ano passado, apenas 20% das pequenas empresas conseguiram contratar uma nova linha de crédito, 40% renovaram uma linha antiga e 40% das pequenas empresas não conseguiram contratar nem renovar crédito em 2016.

Para a Confederação Nacional da Indústria, a falta de crédito impede o acesso ao capital de giro, causa atraso no pagamento de fornecedores, perda de oportunidades de negócio, atraso no pagamento de tributos e necessidade de renegociação de prazos para pagamento de credores.

Como a reforma pretende acabar com a indústria das ações trabalhistas

06/06/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Propostas para cobrança de honorários na sucumbência, multa por mentira, restrição ao acesso à justiça gratuita e cobrança menor para recursos visam diminuir o número de ações trabalhistas



Um dos objetivos declarados da reforma trabalhista é diminuir com o número de ações na Justiça do Trabalho. Em 2016, foram propostas 3,95 milhões novas ações, incluindo as que tramitam em varas do Trabalho e nos tribunais regionais (TRT) e Superior (TST).

No mesmo ano, foram julgadas 3,8 milhões de ações, mas 'sobraram' outras 2,4 milhões que não foram apreciadas pelos magistrados. Neste ano, a média se mantém: até abril de 2017, foram propostos mais 1,2 milhão novos processos.

Esses números explicitam porque muitos consideram que há uma "indústria da ação trabalhista", inclusive profissionais do Direito e parlamentares que votam a reforma. Por isso, a mudança na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ataca em quatro pontos cruciais para tentar desestimular a abertura de novos processos.

Uma modificação é a cobrança de honorários de sucumbência para os advogados. A sucumbência é quando a parte que perde o processo deve arcar com os honorários do advogado que ganhou a ação. Na justiça trabalhista, isso não é cobrado. Com a reforma, será.

Quem mentir ao longo do processo também será punido, com multa pela litigância de má-fé. A justiça gratuita exigirá comprovação de que aquela pessoa realmente precisa do benefício. E as pequenas empresas e empregadores domésticos terão a cobrança de taxas de recursos menores do que as atuais.

O advogado especialista em direito trabalhista Hélio Gomes Coelho Júnior, professor de Direito do Trabalho da PUC-PR, afirma que “não há no planeta nada similar” à quantidade de ações ajuizadas na justiça trabalhista no Brasil.

Para ele, uma série de fatores acaba por forçar essa indústria da ação: a legislação é vastíssima, a estrutura da Justiça do Trabalho é grande e produz muitas súmulas que podem ser incoerentes entre si, há um inconsciente coletivo de que é normal abrir reclamação trabalhista e não há incentivos para a resolução de conflitos por meio de órgãos extrajudiciais.

“O Brasil se recusa a incentivar a resolução de conflitos trabalhistas através de órgãos extrajudiciais, privados, preferindo manter uma pesada estrutura judiciária, que consome perto de R\$ 19 bilhões por ano, emprega perto de 50 mil burocratas, com boas remunerações e benefícios, e não dá conta do serviço, tanto assim que as pautas de audiências já estão em 2018 e daqui alguns meses chegarão em 2019”, pontua Coelho.

A reforma está sendo votada nesta terça-feira (6), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. No parecer do relator, o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), essas sugestões de mudanças foram todas mantidas.

Para Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), essas medidas são necessárias, porque “vem no sentido de moralizar algo que estava sendo usado de maneira irresponsável”.

Ele afirma que o custo do trabalho no Brasil é inerente – o funcionário não ganha tanto, mas custa muito para os empregadores e o excesso de ações judiciais entra nessa conta.

Demanda antiga dos advogados

Na avaliação do advogado Nasser Ahmad Allan, doutor em Direito pela UFPR e representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Paraná, não é só na Justiça do Trabalho que o Brasil possui um volume muito alto de ações. O problema é que, para ele, algumas das propostas só acabam atingindo um dos lados e outras podem fazer com que os processos se arrastem ainda mais.

O caso dos honorários de sucumbência é uma reivindicação antiga da advocacia. Atualmente, não há cobrança, mas pela proposta da reforma, deverá ser pago um valor entre 5% e 15% em cima da liquidação da ação para o advogado. “A proposta passa uma impressão que essa é uma iniciativa menos para remunerar o trabalho do advogado e mais para onerar a parte autora do processo”, analisa Allan.

Para Coelho, a mudança afeta a qualidade dos processos propostos. “O número de demandas pode até não diminuir, mas a quantidade de pedidos formulados, seguramente, irá decrescer, pois não se pode negar que muitas postulações, sabidamente infundadas e indevidas, são apresentadas pelo prévio saber de que, se uma só for deferida, as outras não trazem sanção qualquer atualmente”, pontua.

Só não haveria cobrança de sucumbência nos casos de trabalhadores que utilizarem a justiça gratuita. A proposta da reforma também endurece o acesso a esse tipo de assistência judicial, exigindo que a parte autora comprove a necessidade de utilizar o recurso.

Sem espaço para mentira

O estabelecimento de multa para a litigância de má-fé – ou seja, para quem mentir ao longo do processo, inclusive testemunhas – é um ponto quase pacífico da mudança. O professor Coelho lembra que essas regras já existem no processo civil e são uma boa aquisição para o ambiente do processo do trabalho. “Não há ética de ocasião, o cidadão, enquanto parte ou testemunha, deve agir corretamente”, argumenta.

Para Allan, o problema é que da maneira como está proposta, essa litigância é uma via de mão única porque só pune o autor da ação e elimina a possibilidade de aplicação do Código de Processo Civil. “A alteração da verdade dos fatos é passível de acontecer dos dois lados. Se alguém tentou alterar provas, a pessoa tem que ser condenada, independentemente de ser o autor ou réu da ação”, defende.

Mais chance para recorrer

No novo texto da CLT, consta a possibilidade de redução pela metade do valor do depósito recursal para entidades sem fins lucrativos, filantrópicas, empregadores domésticos, microempresas e empresas de pequeno porte. Atualmente, a crítica é que muitas empresas acabam aceitando fazer acordos porque não têm dinheiro para pagar o recurso e seguir com o processo.

Realmente, o custo é alto. O professor Coelho lembra que, atualmente, nos litígios trabalhistas se um réu quiser recorrer ao TRT, deverá depositar R\$ 9 mil. Se for para o TST, o valor pula para R\$ 18 mil. Ele cita como exemplo uma pequena empresa que, em um mês, receba três sentenças com condenação de R\$ 30 mil em cada.

Neste mês, a empresa precisará fazer três depósitos de R\$ 9 mil, mais o pagamento de R\$ 600 das custas processuais. “Como um microempreendedor, um microempresário ou uma empresa de pequeno porte conseguirá recursos para poder recorrer ao Tribunal e, ainda, pagar seus custos fixos e seus compromissos?”

A proposta de reduzir a meio o valor dos depósitos para tais empregadores, que são os grandes empregadores do Brasil, é bastante adequada. Encaixar o empregador doméstico em tal benefício também é elogiável”, afirma.

Para Allan, a questão é saber a quem vai beneficiar de fato essa medida, já que “a oneração financeira não é tão grande assim”. “Se a pretensão é que se reduza o número de processos, ao aumentar a possibilidade de recursos, você aumenta o prazo da ação”, pondera.

Justiça sem limite

Estabelecer regras mais rígidas para o acesso à justiça gratuita é uma medida elogiada por Coelho. “Não há risco em demandar, ou seja, se não ganhar nada, também não perde nada”, critica. Para ele, há necessidade, sim, de filtrar quem tem acesso ao benefício, mas o advogado admite que pode haver contestações à mudança, com alegação de inconstitucionalidade.

Entenda quais são as propostas da reforma trabalhista para frear a indústria das ações

Honorários de sucumbência

Como é: atualmente, não são cobrados esse tipo de honorários na Justiça do Trabalho. A sucumbência é o princípio de que a parte perdedora no processo deve arcar com os honorários do advogado da parte vencedora.

Como fica: Quem é beneficiário da justiça gratuita, não gastará nada. Mas agora o juiz do trabalho poderá fixar honorários de sucumbência, variando entre 5% a 15% do valor da ação. Fica também estabelecida a sucumbência recíproca, para aqueles casos de procedência parcial da ação. Nesse caso, fica vedada a compensação entre os honorários.

Justiça gratuita

Como é: qualquer pessoa tem direito ao benefício da justiça gratuita, basta fazer uma declaração para obtê-la.

Como fica: pela proposta, agora a pessoa que pleitear a justiça gratuita deverá comprovar a insuficiência de recursos para arcar com as custas do processo. O texto diz que os magistrados podem conceder o benefício da justiça gratuita, inclusive quanto a traslados e instrumentos, para quem receberem salário igual ou inferior a 30% do limite máximo dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social, que atualmente é de R\$ 5.531,31.

Litigância de má-fé

Como é: atualmente, a CLT não menciona punições para os casos de litigância de má-fé. Para eventuais punições por essa razão, é preciso consultar o Código de Processo Civil (CPC).

Como fica: o novo texto da CLT acrescenta dispositivos sobre a litigância de má-fé, 'importados' do CPC. Nesse caso, quem mentir ao longo do processo terá de pagar uma multa, que varia entre 1% a 10% do valor corrigido da causa, para a outra parte, além de arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou. Se o valor da causa foi muito baixo, a multa pode ser de até duas vezes o teto da aposentadoria vigente.

Depósito recursal

Como é: não há qualquer distinção que leve em consideração o tamanho da empresa ou capacidade financeira do empregador que está sendo processado para os depósitos recursais.

Como fica: A proposta é de reduzir pela metade o valor do depósito recursal para entidades sem fins lucrativos, entidades filantrópicas, empregadores domésticos, microempresas e empresas de pequeno porte. Empresas em recuperação judicial e beneficiários da justiça gratuita são isentos desse depósito. Também é proposta a substituição do depósito recursal por fiança bancária ou seguro garantia judicial.

Para Febraban, crise política não deve atrapalhar andamento de reformas

06/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Para Febraban, crise política não deve atrapalhar andamento de reformas

O presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Murilo Portugal, defendeu que a crise política não atrapalhe o andamento das reformas em discurso de abertura do 27º Ciab Febraban (Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras), realizado nesta terça (6) em São Paulo.

"Não podemos deixar que essas incertezas [políticas] paralitem o que estava sendo feito. Tenho certeza que o Brasil vai estar mais forte ao fim desse momento desafiador. Quero deixar essa mensagem de otimismo", afirmou.

A declaração ocorre no dia em que o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) inicia o julgamento da chapa Dilma-Temer.

O prefeito de São Paulo, João Doria, pediu que as pessoas não percam a esperança no país. "O Brasil é maior que suas crises", disse. Para ele, a economia está em boas mãos, mencionando o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

A instabilidade política das últimas semanas, gerada após as delações da JBS, se refletiu na decisão do Banco Central, que diminuiu o ritmo de corte da taxa básica de juros (Selic). Na última reunião, reduziu o juro básico em 1 ponto percentual, para 10,25% ao ano.

Na ata da reunião, divulgada nesta terça, o BC sinalizou que reduzirá a intensidade do corte dos juros.

MP do Programa de Regularização Tributária é substituída por novo texto

06/06/2017 – Fonte: Senado Notícias

- [MPV 766/2017](#)
- [MPV 783/2017](#)

A Medida Provisória (MP) 766/2017, que criou o Programa de Regularização Tributária (PRT), perdeu o prazo de vigência no dia 1º de junho. O ato declaratório do Congresso Nacional anunciando o vencimento foi publicado nesta segunda-feira (5) no *Diário Oficial da União*.

O PRT servia como uma espécie de novo Refis federal, com abatimento de dívidas com a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A MP 766/2017 foi substituída pela MP 783/2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária (Pert). Além do nome do programa, a MP 783 traz outras mudanças em relação à MP 766. O PRT permitia a inclusão de débitos, de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de novembro do ano passado. O Pert atualizou essa data para 30 de abril deste ano.

Além disto, o programa anterior elencava os débitos que o contribuinte podia incluir na renegociação. No Pert, o devedor poderá indicar aqueles que deseja renegociar, dentro de um conjunto especificado pela MP.

Pela norma, são passíveis de regularização os débitos de natureza tributária e não tributária com a Receita e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), inclusive os oriundos de parcelamentos anteriores, os que estão em discussão administrativa ou judicial, e os que tiverem lançamento de ofício feito após a publicação da MP.

As modalidades de pagamento vão depender se o débito é junto à Receita ou à PGFN. A MP concedeu prazo de 30 dias para os dois órgãos regulamentarem o Pert.

Condições

Poderão aderir ao Pert pessoas físicas e jurídicas (de direito público e privado), inclusive as que se encontram em recuperação judicial. O prazo para a adesão ao programa será até 31 de agosto. A MP 783 permite que os contribuintes que aderiram ao PRT migrem para o novo programa.

Para aderir ao Pert, o contribuinte deverá estar em dia com as obrigações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A aceitação da Receita ou da PGFN do pedido de adesão fica condicionada ao pagamento do valor à vista do passivo ou da primeira prestação.

O valor da prestação será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, acrescida de 1%. O valor mínimo das parcelas será de R\$ 200 para pessoas físicas e R\$ 1 mil para pessoas jurídicas.

Será excluído do programa o contribuinte que deixar de pagar três parcelas consecutivas ou seis alternadas, ou não saldar uma parcela, se todas as demais estiverem pagas. A exclusão implica na exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago, e a automática execução de garantia prestada.

MP antiga

A MP vencida (MP 766/2017) chegou a ser aprovada em uma comissão mista, mas a crise deflagrada por denúncias contra o presidente Michel Temer e a oposição de parlamentares a diversos pontos do relatório do deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG) acabaram impedindo a votação no Plenário da Câmara, no mês passado.

A carga tributária caiu. Parece uma boa notícia, mas vai sobrar para você

06/06/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Recessão e mudança estrutural na economia reduziram o peso dos impostos ao menor nível em 13 anos. E o governo está à caça de recursos para cobrir essa lacuna

É possível que você esteja pagando mais imposto hoje do que antigamente. Mas, no geral, a carga tributária do país diminuiu nos últimos anos, em especial a parte que cabe à União.

Poderia ser uma boa notícia. O problema é que o governo federal está à caça de recursos para cobrir essas perdas e reequilibrar as contas públicas. E é grande a chance de que a fatura seja empurrada para o contribuinte.

União, estados e municípios arrecadaram em 2016 o equivalente a 32,7% do Produto Interno Bruto (PIB), o menor índice em 13 anos, segundo cálculos do especialista em contas públicas José Roberto Afonso, professor de mestrado do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV).

Segundo o economista, a carga tributária cai sem parar desde 2012, e recuou em seis dos últimos oito anos. Desde 2008, quando chegou ao maior nível da história, o peso dos tributos em relação ao PIB encolheu 2,1 pontos percentuais, estima Afonso. Uma perda, para os cofres públicos, de R\$ 132 bilhões apenas em 2016.

Mudança estrutural

Parte desse recuo tem a ver com a recessão que o país enfrenta desde o início de 2014 e com as generosas desonerações concedidas pelos governos Lula e Dilma Rousseff, parcialmente revertidas de 2015 para cá.

Mas, para Afonso, o movimento resulta principalmente de uma mudança estrutural da economia brasileira. O setor industrial, que paga impostos mais altos, está perdendo espaço na geração de riquezas. E o setor de serviços, que em geral é menos taxado, está avançando.

Nos últimos cinco anos, segundo o levantamento, a arrecadação de tributos federais sobre a indústria de transformação despencou 22%, em termos reais. Por outro lado, a arrecadação com “outros serviços” teve um salto de 24%.

“Dez anos atrás, nós dizíamos que o nosso sistema tributário tem todos os defeitos do mundo; a única virtude é arrecadar, e arrecadar bem. Eu acho que isso foi perdido”, disse Afonso em apresentação na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado no mês passado. “Nós temos a tendência expansionista, no pós-guerra, na carga

tributária brasileira. Mas, quando eu olho o período pós-crise mundial, a nossa carga tributária está decrescente.”

“Pejotização”

A mudança estrutural não se limita à importância de cada setor na economia. Há um componente importante ligado ao mercado de trabalho: o fenômeno da “pejotização”, que reduz a arrecadação previdenciária. “Aqui, o empregador só quer contratar como pessoa jurídica, e não como pessoa física, porque custa caro”, disse Afonso aos senadores.

A queda de receitas tributárias está concentrada na União. De 2008 para 2016, o peso dos tributos federais baixou de 23,8% para 21,4% do PIB, refletindo principalmente o recuo na arrecadação de PIS, Cofins, IPI, Imposto de Renda, CSLL e royalties.

Técnicos do Ministério da Fazenda e analistas acreditam que o teto de gastos públicos pode não ser suficiente para reequilibrar as contas públicas nos próximos anos, mesmo que a reforma da Previdência seja aprovada.

É aí que entra o contribuinte: provavelmente ele será convidado a contribuir mais de alguma forma – mesmo que, individualmente, já esteja pagando mais impostos que antes, mordido por reajustes nos estados e municípios.

A carga tributária das 27 unidades da federação, que era de 9% do PIB em 2008, chegou a cair para 8,7%, mas recentemente avançou para 8,9%, provavelmente sob o efeito de aumentos nas alíquotas do ICMS. Crescimento para valer, só nos municípios, onde a carga avançou de 2% para 2,5% do PIB nos últimos oito anos, graças ao incremento na arrecadação de tributos como IPTU, ITBI e ISS.

METODOLOGIA

Há vários métodos para se calcular a carga tributária, e diferentes instituições se dedicam a isso. Dessa forma, a contabilidade de José Roberto Afonso não é igual à da Receita Federal.

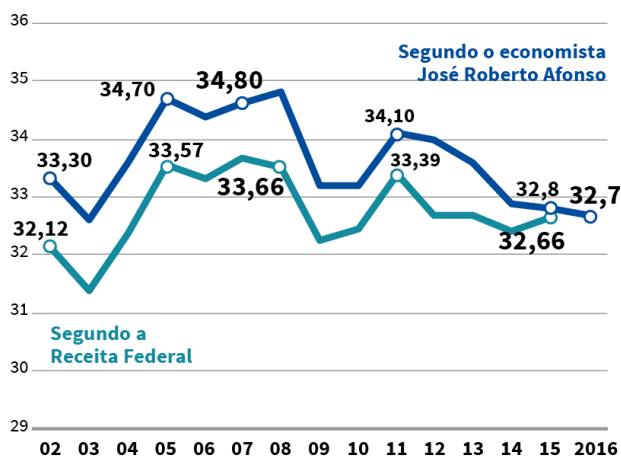
Diferentemente do economista, o Fisco não inclui os royalties e participações especiais – devidos por petroleiras e mineradoras, por exemplo – na conta da carga tributária. Além disso, a Receita desconta de seu cálculo os créditos tributários utilizados pelas empresas, ao passo que Afonso considera só o que entrou no caixa do Fisco.

Por isso, o peso dos impostos calculado pelo órgão federal é ligeiramente mais baixo. E a trajetória de seu indicador também é menos linear, apontando, inclusive, uma leve alta na carga tributária de 2014 para 2015 – a Receita ainda não consolidou os dados do ano passado. Mas, de modo geral, defende Afonso, o “viés de queda” na arrecadação é o mesmo, qualquer que seja a metodologia.

Menos impostos?

Diferentes formas de calcular a carga tributária indicam que o peso dos impostos hoje é menor do que uma década atrás. A recessão e mudanças estruturais na economia ajudam a explicar esse movimento.

Carga tributária, em % do PIB



Observação: Há duas diferenças principais nas metodologias acima. A de José Roberto Afonso inclui royalties e participações especiais na carga tributária, o que a Receita Federal não faz. A Receita, por sua vez, desconta da carga total os créditos tributários usados pelas empresas.

Centrais sindicais aprovam indicativo para nova greve geral no dia 30

06/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

Em reunião realizada na manhã desta segunda-feira, 5, CUT, Força Sindical, UGT e outras sete centrais sindicais aprovaram um indicativo para uma nova greve geral, a ser realizada no próximo dia 30. A proposta ainda precisa ser referendada pelas categorias em cada Estado. Na pauta de reivindicações estão o fim da reforma trabalhista e da Previdência e a realização de eleições diretas.

Para Sérgio Nobre, Secretário-Geral da CUT, as reformas precisam ser discutidas primeiramente nos espaços corretos, que seriam as centrais sindicais e não no Congresso. “O que gera emprego é investimento, não é reforma trabalhista, o País viveu momentos de quase pleno emprego e não precisou disso”, enfatizou.

A greve geral ocorrida no último dia 28 de abril foi considerada pelas centrais sindicais a maior da história. Para rebater as críticas de falta de mobilização, as centrais prometem fazer uma grande mobilização no dia 20 de junho, com panfletagem e outros atos, com intuito de conscientizar a população.

“Aqui em São Paulo os principais sindicatos estratégicos são da UGT: motoristas de ônibus, motoboys, limpeza de rua”, explica Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores. Para ele as categorias devem confirmar a data da nova greve geral.

De acordo com as centrais, o julgamento a respeito da cassação da chapa Dilma-Temer no TSE não deve influenciar nessa nova agenda de protestos. “Mas enquanto Temer estiver no governo a instabilidade continua, e a instabilidade política leva à instabilidade econômica”, diz Nobre, da CUT.

Também assinam a nota as centrais NCST, CGTB, CSB, CSP Conlutas, CTB, Intersindical e Pública – Central do Servidor.

Artigo: Dilema: prós e contras da lei da terceirização

06/06/2017 – Fonte: RH Portal

Sancionada parcialmente a lei da terceirização, responsável por regulamentar a terceirização no Brasil, ainda geram dúvidas e muitas vezes possui seus parâmetros completamente desconhecidos por muitos no mercado de trabalho.

Embora não seja considerada ideal, por conter brechas e algumas possibilidades restringidas, a lei traz consigo uma flexibilidade que regula uma questão trabalhista, muitas vezes classificada como rígida no Brasil.

Antes de ser sancionada a lei, as empresas só poderiam terceirizar serviços considerados como atividades-meio (como limpeza e segurança de edifícios, por exemplo) já de acordo com a nova proposta aprovada, a terceirização de atividades-fim (finalidade principal do negócio) também se torna permitida. Com essa mudança, é permitido, por exemplo, que um hospital contrate médicos de outra empresa sem formar vínculo empregatício.

Mas quais as vantagens e desvantagens da lei da terceirização? Ela traz benefícios também para os trabalhadores ou apenas para as empresas? Com a finalidade de expor os benefícios e danos que esta lei pode ocasionar, segue algumas realidades que a lei já apresenta:

- A lei facilita a geração de emprego e oferece a formalidade do registro em carteira, diminuindo as atividades que são prestadas irregularmente;
- É um marco regulatório para a terceirização, evitando que essa atividade seja feita indiscriminadamente, protegendo assim os trabalhadores;
- Mais micro e pequenas empresas terão a oportunidade de crescer e serem contratadas para prestar serviços para empresas grandes, gerando assim a ascensão do mercado de trabalho;
- Maior qualificação profissional, uma vez que os funcionários virão de empresas especializadas que fornecem determinado serviço;
- Redução de custos para as empresas. A medida trará economia na folha de pagamento e nos encargos trabalhistas das organizações.

- Salário em média de 20% a 25% mais baixo que de um empregado não terceirizado. Se o empresário reduz custos ao terceirizar, a companhia contratada automaticamente também baixa os salários, em busca de lucro;
- Enfraquecimento dos sindicatos, o que possivelmente ocasiona também salários baixos e perda de benefícios conquistados pelo setor;
- Falta de respaldo e segurança que uma empresa grande e conceituada pode oferecer. Empresas pequenas e novas no mercado correm mais riscos de não darem certo e de fecharem suas portas;
- Este é seguimento com maior número de acidentes de trabalho e de adoecimento profissional.

Tema considerado polêmico no Brasil, já é prática corriqueira em muitos países desenvolvidos. Alemanha, Bélgica e Japão por exemplo autorizam a terceirização sem diferenciar atividade-meio e atividade-fim há muito tempo.

(Amanda Castro – colunista do RH Portal).

Artigo: Reforma: a atualização das relações trabalhistas

06/06/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Opositores da proposta consideram o chamado "acordado sobre o legislado" um fator que dá mais poder a empresários, o que não é verdade



A reforma trabalhista, que tem sido vista por muitos como razão para um embate entre empresas e trabalhadores, não tem como mote a extinção dos direitos, mas sim a modernização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e sua flexibilização.

Condições antes não previstas pela legislação em vigor, como o *home office*, são abordadas no projeto, que altera cerca de 100 pontos da antiga lei.

Direitos do trabalhador, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, salário mínimo, 13.º e férias proporcionais, estão garantidos. Também está mantida a obrigatoriedade de registro dos profissionais pela empresa, sendo que a reforma prevê multas mais elevadas para o empregador em caso de infração. São propostas ainda salvaguardas para o trabalhador terceirizado, outro ponto não previsto na CLT. Segue ilegal a chamada "pejotização", em que alguém que deveria ser contratado pelo regime da CLT presta seus serviços como pessoa jurídica individual.

Um dos pontos mais polêmicos da reforma é a possibilidade de negociação direta entre patrões e trabalhadores, o chamado "acordado sobre o legislado". Opositores da proposta consideram o ponto um fator que dá mais poder a empresários, o que não é verdade.

O acordo tende a adequar o esforço da mão de obra a períodos em que a demanda pela produção cai, como, por exemplo, na crise atual. Quando a legislação engessa a relação trabalhista, impedindo adequações – caso notório da CLT –, a alternativa que resta à empresa é realizar cortes.

A negociação proposta pela reforma possibilitará que empresas acertem com seus funcionários a redução da jornada de trabalho, com consequente ajuste salarial, o que resultará em um desemprego menor em períodos de baixa atividade econômica, como prevê a teoria da rigidez salarial, do economista clássico John Maynard Keynes.

A reforma trabalhista é, em última instância, uma adaptação da legislação aos tempos atuais

Outra questão que envolve a teoria da rigidez salarial é seu impacto na inflação. Como os trabalhadores estão interessados em salários nominais e não no poder de compra, nos momentos em que as empresas se veem com perdas de margem resultantes de aumentos de custos, elas tendem a elevar preços.

Este movimento torna-se generalizado em períodos de crise. A consequência é um efeito cascata, em que cai o poder de compra da população (corte em salários reais) ao lado da alta da inflação, o que, no longo prazo, motiva a elevação da taxa de juros.

A nova legislação prevê a possibilidade de negociação das férias em três parcelas de no mínimo cinco dias e no máximo 14 dias corridos. Fica proibido que as férias comecem dois dias antes de um feriado ou fim de semana. Essa possibilidade pode ajudar o trabalhador em casos especiais, como a necessidade de acompanhar um parente adoentado. Atualmente, a CLT permite a divisão das férias em apenas dois períodos, nenhum deles inferior a dez dias.

O projeto aborda ainda a possibilidade de negociação da jornada de trabalho. O limite é de até 12 horas por dia e 48 horas por semana. Caso ocorram 12 horas consecutivas de trabalho, o profissional tem direito a 36 horas de descanso. Neste caso, novamente, a reforma regulariza uma situação não prevista pela CLT e que, na prática, ocorre em segmentos como saúde e segurança.

Na mesma linha, destaca-se também a criação de duas modalidades de trabalho: a intermitente, que ocorrerá por jornada ou hora de serviço, e o teletrabalho, que regulamenta o *home office*. As duas modalidades já ocorrem no mercado brasileiro há muitos anos e não são previstas na CLT, que data de 1945.

O texto também prevê o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, o que, segundo muitos, tende a enfraquecer os sindicatos. O que ocorre de fato é que há muitas entidades pouco ou nada atuantes que só existem por causa dessa receita. Muitas categorias percebem isso.

Mesmo sem se sentirem representados ou protegidos por sindicatos com esse perfil, trabalhadores realizam a contribuição apenas para se absterem do processo demasiadamente burocrático necessário para não arcarem com este desconto. Na verdade, o trabalhador poderá optar se irá ou não contribuir para o seu sindicato; se este for atuante, o trabalhador certamente fará questão de contribuir.

Outra mudança que a reforma propõe é a possibilidade de acordo entre funcionário e empregador para se encerrar a relação trabalhista. Hoje, isso é comum, mas é ilegal e trata-se de crime sujeito a processo. A proposta prevê a regulamentação dessa prática.

A Justiça do Trabalho mostra-se mais crítica quanto a ações movidas por trabalhadores que, até pouco tempo atrás, tinham certeza de ganho de causa quando recorriam à corte. O abandono dessa postura paternalista figura em diversos casos em que trabalhadores receberam multas por conta da comprovação de má fé.

Alvo de inúmeras críticas, a reforma trabalhista é, em última instância, uma adaptação da legislação aos tempos atuais. Ela regulariza formas de trabalho não previstas na legislação em vigor e permite a flexibilização necessária para os tempos atuais. Ainda assim, mantém as conquistas do trabalhador previstas pela CLT, já que as normas constitucionais permanecem intactas.

(Greice Feier é advogada trabalhista e de Gestão de RH da Orchestra Soluções Empresariais).

Senadores da oposição leem votos em separado antes de votação da reforma trabalhista na CAE

06/06/2017 – Fonte: Reuters

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado iniciou a sessão desta terça-feira pouco depois das 10h, mas a votação da proposta só irá ocorrer após a leitura de votos em separado de três senadores da oposição, recomendando a rejeição do texto do relator Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Primeiro a ler seu voto, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a proposta como chegou ao Senado promove a regulamentação de um “cardápio” de contratos “precários”, oferecendo menores custos de contratação para empregadores, ao mesmo tempo que garante menor proteção para o trabalhador, além de restringir o acesso do empregado à Justiça do Trabalho.

Em contraponto ao principal argumento dos defensores da reforma que se sustenta na necessidade de atualizar a legislação trabalhista, Paim afirmou que “uma real modernização das relações de trabalho deveria ter como pressuposto a eliminação das formas precárias e arcaicas de trabalho ainda persistentes no Brasil, em pleno século 21, e não a ampliação dessas práticas”.

O senador ainda lia seu voto em separado perto das 12h30. Depois dele, outras duas senadoras leriam seus textos alternativos antes que o relatório de Ferraço seja colocado em votação.

No texto já disponível no sistema do Senado, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também propõe a rejeição da proposta. Para ela, a adaptação da legislação

trabalhista “não pode ocasionar a sobreposição da livre iniciativa sobre o trabalho humano”.

“A chamada ‘reforma trabalhista’ atende unicamente aos interesses dos empregadores. Sob a pecha de redução de custos e de valorização do negociado sobre o legislado, pretende-se, única e exclusivamente, precarizar o trabalho no Brasil”, argumenta a senadora.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA), também em voto separado ainda a ser lido, ponderou que em vez de reduzir, o projeto tende a aumentar o número de ações judiciais.

“Como o projeto pressupõe que as reclamações trabalhistas são resultado da atuação aventureira e irresponsável dos trabalhadores, a questão do descumprimento da lei pelos empregadores não é enfrentada. E, por isso, certamente persistirá”, diz o texto apresentado pela senadora.

Aponta, ainda, que a proposta em análise pelo Senado desrespeita acordos internacionais ao fornecer “incentivos aos contratos precários e jornadas de trabalho exaustivas por mero acordo individual de trabalho”, além de promover o “enfraquecimento da ação e atuação sindical, restringindo e dificultando suas fontes de custeio”.

A reforma, já aprovada pela Câmara e enviada ao Senado, segue três eixos, na intenção de modernizar as leis que regem o trabalho: a prevalência de acordos e negociações sobre a legislação vigente, a retirada do caráter obrigatório da contribuição sindical e o princípio da intervenção mínima do Judiciário nas negociações trabalhistas.

Em seu parecer, Ferraço sugere que o presidente Michel Temer vete alguns pontos da proposta, para regulamentá-los posteriormente via medida provisória. O caminho escolhido quer evitar que alterações na proposta forcem seu retorno à Câmara dos Deputados, já que a intenção do governo é aprová-la o quanto antes.

Paim disse esperar que a CAE rejeite o projeto da reforma trabalhista

06/06/2017 – Fonte: Senado Notícias



O senador Paulo Paim (PT-RS) disse em Plenário que espera que a Comissão de Assuntos Econômicos rejeite a proposta de reforma trabalhista, cuja votação está marcada para esta terça-feira (6).

O senador voltou a afirmar que, geralmente, essas reformas consistem em cancelar direitos, reduzir salários, aumentar a jornada de trabalho e impor contratos precários, além de reduzir o número de funcionários. Mas não é demitindo e prejudicando os mais vulneráveis que o governo vai resolver os problemas da economia do país, afirmou Paim.

- Eu espero que amanhã a reforma trabalhista não seja aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas temos ainda a Comissão de Assuntos Sociais e a CCJ

[Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania] e vamos fazer o debate em todas as comissões, destaques, emendas e votos em separado - disse o senador.

Senadora Vanessa Grazziotin lê relatório alternativo sobre reforma trabalhista

06/06/2017 – Fonte: Isto É

Após o senador Paulo Paim (PT-RS), agora é a vez da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentar no período da tarde desta terça-feira, 6, um voto em separado sobre a reforma trabalhista. O voto em separado funciona, na prática, como um parecer alternativo que pode ou não ser apreciado pelos demais senadores.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que, mesmo com a estratégia da oposição de ler esses relatórios alternativos, a sessão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado não terminará para o início da sessão do plenário.

“Não adianta a oposição tentar obstruir e ficar lendo manifestos até a hora de abrir o plenário, na esperança de que a sessão da CAE seja derrubada. Quero avisar que conversei com o presidente Eunício (Oliveira) e ele informou que não abrirá sessão no plenário até que seja votado aqui o relatório da reforma trabalhista”, disse Jucá.

Jucá: antecipar tramitação da reforma trabalhista só geraria mais desentendimento

06/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), nega que esteja trabalhando para acelerar a tramitação da reforma trabalhista. Segundo o parlamentar, o rito combinado originalmente com a oposição será cumprido. Para o senador, a mudança de ritmo na tramitação “só geraria mais desentendimento”.

Assim, Jucá defende que o projeto que será votado nesta terça-feira, 6, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) passe em seguida para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Depois, o texto vai ser avaliado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

“Nós combinamos duas comissões de mérito e a CCJ para a constitucionalidade. A ideia é que saia daqui e vá para a CAS”, disse Jucá, ao comentar que o mérito está sendo avaliado pelo relator do projeto na CAE, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), e a legalidade será avaliada em seguida pela CCJ.

CAS deverá votar projeto que protege trabalhador de demissão sem justa causa

06/06/2017 – Fonte: Senado Notícias



- [PLS 14/2017](#)
- [PLS 274/2012](#)

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode votar projeto de lei que estabelece regras de proteção contra a demissão sem justa causa - caracterizada como aquela que não pode ser justificada por falta grave do trabalhador ou por motivos econômicos

relevantes. A proposta está na pauta da reunião de quarta-feira (7), a partir das 9 h. Na quinta-feira (8), no mesmo horário, a comissão faz outra reunião deliberativa.

O [PLS 274/2012](#), do ex-senador Pedro Taques (PDT-MT), determina que a Justiça do Trabalho pode ser acionada para fazer o empregador justificar a demissão. Caso ele não o faça, o trabalhador deverá ser readmitido e receber os salários devidos referentes ao período em que ficou afastado. Também deverá ser assegurada a recomposição do seu Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Outra opção, em vez da readmissão, é a preservação dos seus direitos e benefícios (salário, plano médico, vale-transporte, FGTS, entre outros) por um mínimo de seis meses, para que o trabalhador busque outro emprego. Nesse caso, o trabalhador fará jus também a uma indenização no valor de um mês e meio de salário para cada ano trabalhado (ou fração de ano superior a seis meses).

Para o trabalhador readmitido, fica assegurado o direito de optar pela rescisão do contrato até 60 dias após a reintegração. Caso ele siga esse caminho, deverá receber indenização nos mesmos moldes da paga ao trabalhador não readmitido.

O descumprimento dessas disposições sujeitará o empregador a pagamento de multa equivalente ao dobro dos valores devidos até a readmissão ou ao dobro da indenização.

A proposta recebeu relatório favorável do senador José Pimentel (PT-PE).

Saúde

Na reunião de quinta-feira (8), pode ser votado projeto de lei ([PLS 14/2017](#)) que concede garantia de emprego por pelo menos um ano ao segurado da Previdência Social com câncer que receber auxílio-doença. O texto, do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), recebeu voto pela aprovação do relator, senador Paulo Paim (PT-RS).

O projeto estende ao segurado com câncer, após o término do auxílio-doença, a garantia de permanência no emprego estabelecida pela lei que trata dos e benefícios da Previdência Social. Esse benefício seria assegurado ao trabalhador mesmo que a doença seja anterior a sua filiação no sistema previdenciário e independentemente de ele ter sofrido acidente de trabalho.

No relatório, Paim ressaltou a "pertinência e oportunidade" da matéria. E observou que, na falta de regramento legal sobre a questão, decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) tem assegurado o direito à reintegração para os casos de dispensa de empregados acometidos por câncer.

O projeto receberá decisão terminativa na comissão. Se for aprovado e não houver recurso para votação pelo Plenário, o texto poderá seguir para a Câmara dos Deputados.

Indicador de Desemprego (ICD) recua 0,10 ponto em maio, diz FGV

06/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) recuou 1,2 ponto, em maio ante abril, para 99,3 pontos, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV), nesta terça-feira, 6. Já o Indicador Coincidente de Desemprego (ICD) apresentou queda de 1,2 ponto em relação ao mês anterior, atingindo 97,3 pontos, mantendo o movimento descendente do indicador em médias móveis trimestrais, conforme a FGV.

No caso do IAEmp, foi o segundo mês seguido de "relativa estabilidade", após três meses consecutivos de alta, quando acumulou avanço de 10,5 pontos, destacou a FGV. Por causa do avanço recente, a entidade descarta, por enquanto, uma reversão

de tendência no indicador, que vinha apontando “melhora gradual das condições, ainda precárias, do mercado de trabalho”.

“O recuo do IAEmp pode refletir alguma perda de confiança quanto à recuperação da economia brasileira ao longo dos próximos meses devido ao aumento da incerteza (principalmente política)”, diz a nota divulgada há pouco pela FGV.

A entidade informou que os componentes que mais contribuíram para a queda do IAEmp foram os indicadores que medem o grau de “satisfação com a situação dos negócios no momento atual” e o “otimismo para os próximos seis meses”, que recuaram 4,3 e 3,6 pontos, respectivamente.

Já a queda no ICD, ainda que pequena, mantém a perspectiva de redução na taxa de desemprego nos próximos meses. De acordo com a FGV, a classe de renda que mais contribuiu para a queda do indicador foi o grupo dos consumidores que auferem ganho mensal familiar entre R\$ 4.800,00 e R\$ 9.600,00, cujo “Indicador de percepção de facilidade de se conseguir emprego (invertido)” recuou 2,5 pontos.

“Os dados do ICD e do IAEmp estão alinhados com os atuais eventos da economia brasileira. O pequeno recuo do ICD cristaliza as quedas sucessivas dos meses anteriores, mostrando a melhora das perspectivas de redução da taxa de desemprego.

No entanto, o aumento da incerteza pode reverter este quadro”, diz a nota da FGV.

O ICD é construído a partir dos dados desagregados, em quatro classes de renda familiar, da pergunta da Sondagem do Consumidor que procura captar a percepção sobre a situação presente do mercado de trabalho.

Já o IAEmp é formado por uma combinação de séries extraídas das Sondagens da Indústria, de Serviços e do Consumidor, todas apuradas pela FGV. O objetivo é antecipar os rumos do mercado de trabalho no País.

Indicador antecedente de emprego cai em maio após crise política

06/06/2017 – Fonte: Exame

IAEmp, que antecipa os rumos do mercado de trabalho no Brasil, registrou queda de 1,2 ponto no mês passado e foi a 99,3 pontos



Carteira de trabalho: recuo do IAEmp pode refletir alguma perda de confiança quanto à recuperação da economia brasileira (Jorge Rosenberg/Reuters)

O mercado de trabalho brasileiro em maio aponta perda da confiança sobre a economia dado o aumento da incerteza política, com a queda do Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) segundo dados divulgados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) nesta terça-feira.

O IAEmp, que antecipa os rumos do mercado de trabalho no Brasil, registrou queda de 1,2 ponto no mês passado e foi a 99,3 pontos, após três altas e um mês de estabilidade este ano.

“O recuo do IAEmp pode refletir alguma perda de confiança quanto à recuperação da economia brasileira ao longo dos próximos meses devido ao aumento da incerteza (principalmente política)”, disse o economista da FGV/IBRE Fernando de Holanda Barbosa Filho.

A FGV destaca, porém, que dado os números positivos no início do ano, o resultado negativo para maio ainda não reflete uma reversão da tendência de melhora gradual das condições do mercado de trabalho.

A leitura do IAEmp teve como destaque em maio a queda dos indicadores que medem o grau de satisfação com a situação dos negócios no momento atual e o otimismo para os próximos seis meses, com quedas respectivamente de 4,3 e 3,6 pontos.

Já o Indicador Coincidente de Emprego (ICD), que capta a percepção das famílias sobre o mercado de trabalho, teve queda de 0,1 ponto em relação a abril e chegou a 97,3 pontos.

No ICD, o indicador de percepção de facilidade de se conseguir emprego recuou 2,5 pontos para o grupo de consumidores que tem renda mensal familiar entre 4,8 mil e 9,6 mil reais.

No trimestre encerrado em abril, a taxa de desemprego no Brasil recuou pela primeira vez em quase dois anos e meio, para 13,6 por cento, de acordo com dados do IBGE divulgados na semana passada. Essa tendência, porém, pode ser afetada pelas incertezas políticas, que diminuem a confiança na economia e podem dificultar a retomada do crescimento.

Para trabalhadores e economistas, reforma da Previdência pode empobrecer o interior

06/06/2017 – Fonte: Senado Notícias



Para os representantes dos trabalhadores rurais, a reforma da Previdência proposta pelo governo federal "é incompatível" com a economia da agricultura familiar e gerará exclusão social, empobrecimento e desemprego em amplas regiões no interior do país, podendo contribuir para a ocorrência de um novo êxodo rural.

Eles participaram, nesta segunda-feira (5), de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) que discutiu os impactos da reforma da Previdência sobre os trabalhadores rurais.

Uma das participantes da audiência, Juliane Schneider, pequena agricultora na cidade de Selbach (RS), postou um vídeo nas redes sociais convidando parlamentares a "passarem pelo menos um mês trabalhando na roça" antes de votarem a reforma.

Para ela, a proposta (PEC 287/2016 - ainda em análise na Câmara dos Deputados) prejudica os trabalhadores da agricultura familiar, que ela vê como um dos "alicerces

do país". Um dos pontos mais criticados pela trabalhadora é o que estabelece contribuições mensais individuais por parte de cada trabalhador no setor.

- Isso vai totalmente contra a lógica da nossa atividade, sujeita o tempo todo a sazonalidades, a intempéries climáticas que afetam diretamente a produção e ao caráter coletivo que possui o trabalho na roça - disse Juliane, ressaltando também que a medida afeta o acesso à renda e cria uma dificuldade estrutural para a sucessão familiar, ao dificultar as aposentadorias.

Pequenas cidades prejudicadas

Para Edjane Silva, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o objetivo não-declarado do governo é "desmontar", e não reformar o modelo de aposentadoria rural vigente no país.

A proposta também foi muito criticada pelo economista Alexandre Arbex, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para quem o governo ignora deliberadamente o teor de política pública redistributiva que a Previdência rural possui, focando exclusivamente no debate fiscal de forma "manipuladora".

- A aposentadoria rural tem um impacto gigantesco em 80% das cidades brasileiras, na geração de empregos, renda e negócios em municípios com até 50.000 habitantes.

A reforma como está vai afetar muito a economia nessas cidades, por meio da diminuição do acesso à renda por parte de dezenas de milhões de trabalhadores - afirmou Arbex, lembrando ainda que as injeções de recursos fruto da Previdência supera o Fundo de Participação de Municípios (FPM) nessas localidades.

O economista também entende que o modelo de contribuições mensais individuais "é incompatível" com o trabalho rural, e que as regras especiais vigentes para o setor, como uma idade mínima menor, são justificáveis devido à penosidade da lida diária durante anos nessa área e pelo fato de começarem a trabalhar ainda muito jovens.

- É só observar os dados oficiais da Pesquisa Nacional de Saúde, que fica nítido o que décadas de trabalho na roça provoca nessas pessoas - afirmou, reforçando que parcela significativa começa a trabalhar com menos de 15 anos de idade.

Mulheres e jovens prejudicados

O modelo de contribuições mensais individuais também foi criticado por Jordana Ávila, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que deverá levar à exclusão de dezenas de milhões de trabalhadores do sistema, especialmente mulheres e jovens, segundo avalia o movimento.

- O governo não demonstra ter o menor respeito pela agricultura familiar e o teor coletivo desta atividade. Como as produções são sazonais, não vai dar para colher pra toda a família. A tendência vai ser priorizar o pai - diz a representante do MST, outra que prevê um novo êxodo rural e até mesmo a queda na produção de alimentos caso a reforma seja aprovada.

O economista Guilherme Delgado, assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), alertou ainda que ao contrário do que estaria sendo noticiado em alguns setores da mídia, o texto continua prevendo um tempo mínimo de 25 anos de contribuições mensais para os trabalhadores rurais.

- Essa regra perversa permanece de forma escamoteada, e pretende acabar com a aposentadoria rural. Tem de fato um artigo prevendo 15 anos de contribuições mensais para a aposentadoria, mas em seguida prevê seis contribuições a cada ano até o limite de 240 meses, a partir do terceiro ano da vigência - denunciou o economista.

Jane Berwanger, do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), considerou ainda "contraditório" o fato do governo estar anistiando dezenas de bilhões de reais de dívidas nesta área, em negociações com a bancada ruralista e com governadores e prefeitos, ao mesmo tempo em que garante que seu objetivo é "sanear as contas da Previdência".

Meirelles levará para OCDE mensagem de que governo trabalha por reformas

06/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

Com o Brasil em busca de um convite para o ingresso formal na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, terá extensa agenda esta semana em Paris na reunião anual dos ministros da entidade multilateral.

Além de encontros com representantes dos países membros para mostrar a disposição do Brasil em fazer parte do organismo, Meirelles também tentará passar a empresários franceses a mensagem de que, a despeito da crise política, o governo continua trabalhando na agenda de reformas econômicas.

O Conselho de Ministros da OCDE se reúne entre quarta e sexta-feira (dias 7 a 9) em Paris. O Brasil está entre os 35 Estados membros da organização, mas é um parceiro-chave, ao lado de China, Índia, África do Sul e Indonésia. Na semana passada, o governo brasileiro enviou à OCDE uma carta expressando o seu desejo de ser convidado a iniciar o processo de adesão a esse grupo.

Na avaliação do governo, o Brasil tem chances de receber esse convite antes de outros países que também já o solicitaram – como Peru e Argentina, na América do Sul – devido ao extenso trabalho de cooperação já existente entre o País e a OCDE e pelo fato de ser considerado parceiro-chave do grupo desde 2007. Fontes da Fazenda afirmam que a expectativa é de que o convite formal venha nos próximos meses.

Para se tornar membro efetivo da OCDE, o País terá que atender aos requisitos de todos os comitês do organismo, mas a área técnica acredita que mais de 70% das regras multilaterais exigidas – nas mais diversas áreas, desde a legislação ambiental às normas tributárias – já são seguidas pelo Brasil. Ainda assim, podem ser necessárias mudanças em leis e regulações, sobretudo no aprimoramento da governança das instituições brasileiras.

Já as dificuldades na aprovação de reformas estruturais com a da Previdência e a trabalhista não devem atrapalhar o processo de adesão brasileiro, porque a OCDE – embora esteja interessada na sustentabilidade das finanças públicas dos Estados membros – não exige um receituário de medidas e planos econômicos com metas bem definidas, como no caso dos programas instituídos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para o governo, a grande vantagem em ser membro pleno da OCDE está na participação de todas as discussões do grupo, e não apenas nas quais o País já é convidado. Além disso, o Brasil passaria a fazer parte de todos os estudos promovidos pelo organismo, que também envia missões para o auxílio em reformas estruturais, quando solicitado. O custo dessa participação, de cerca de US\$ 10 milhões por ano, também é considerado baixo para o País.

Agenda

Meirelles viaja ainda nesta segunda-feira, 5, para a França, mas sua agenda oficial em Paris se inicia mesmo na quarta-feira, 7, quando acompanhará a abertura do encontro e falará em um painel sobre a globalização. O fenômeno é considerado positivo pelo Brasil, mas ultimamente tem enfrentado repercussões negativas da parte de alguns países membros do organismo.

À tarde, ele fará apresentação na agência de promoção comercial francesa Business France sobre a retomada do crescimento no Brasil e terá encontro bilateral com o chefe da delegação do Reino Unido na OCDE. Está ainda prevista uma fala à imprensa no final do dia.

Na quinta-feira, 8, o ministro continua a agenda de reuniões com um encontro com representantes do empresariado da indústria e dos serviços da França e depois com o secretário-geral da OCDE, José Ángel Gurría, que seria um entusiasta da entrada do Brasil no grupo.

À tarde, está prevista uma nova fala à imprensa e o ministro ainda se encontrará com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno, e com empresários em evento organizado pelo banco BNP Paribas.

Na sexta-feira, 9, Meirelles participa de um encontro com líderes latino-americanos e do Caribe no Ministério de Economia da França, e depois de reunião com o novo ministro francês, Bruno Le Maire.

Estão ainda previstos encontros com representantes do Japão, Alemanha e Nova Zelândia na OCDE, antes do retorno de Meirelles ao Brasil, na noite de sexta-feira.

Rodrigo Maia nega que reforma da Previdência ficará para 2º semestre

06/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), negou nesta terça-feira, 6, que a votação da reforma da Previdência vá ficar apenas para o segundo semestre. Questionado por jornalistas sobre como ficará o calendário de votações, diante do julgamento da chapa Dilma-Temer no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Maia afirmou que “de jeito nenhum” o tema será analisado apenas depois de agosto.

“Vamos organizar o calendário. Ela (a reforma da Previdência) é urgente. Precisa ser votada, vamos organizar da melhor forma possível. Não votar significa abrir mão de uma responsabilidade que não é apenas do Executivo”, afirmou Maia.

Como mostrou o Broadcast (serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado) na segunda-feira, 5, diante da forte turbulência política causada pela delação da JBS, líderes de partidos da base aliada e interlocutores do governo na Câmara defendem que a reforma da Previdência só comece a ser votada no plenário da Casa em agosto, após o recesso parlamentar.

A avaliação é de que, pela impopularidade da matéria, seria um risco pautá-la agora, em meio à instabilidade que vive o governo Michel Temer, após o presidente ser pessoalmente atingido pela delação.

A opinião dos líderes é mais pessimista do que a do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que defende aprovação da proposta antes do recesso. Em teleconferência na segunda com investidores, Meirelles disse esperar aprovar a reforma em junho ou julho deste ano, “no máximo em agosto”. Segundo ele, a aprovação da matéria até agosto não traz problemas fiscais.

Maia rejeitou também a possibilidade da base aliada aprovar apenas mudanças pontuais da reforma, como uma alteração na idade mínima. “O Plenário é soberano para decidir, mas eu defendo que seja um texto na linha do que foi aprovado na comissão.”

CPI da Previdência: 'Reforma é desumana', afirmam juízes e procuradores

06/06/2017 – Fonte: Senado Notícias

Representantes de associações de juízes federais e de membros do Ministério Público classificaram a reforma da Previdência proposta pelo governo Temer de desumana e indigna. Eles foram ouvidos em audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência nesta segunda-feira (5). Foi a oitava audiência da CPI. Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme Martins de Oliveira Neto afirmou que a reforma, que ainda tramita na Câmara, destrói os princípios sociais da Constituição e não é nociva somente à magistratura ou ao Ministério Público, mas a todos. Ele negou que a reforma seja fundamental para a sobrevivência econômica do país.

— É uma reforma em que se procura estabelecer uma guerra sistemática entre números desconsiderando que atrás deles existe um povo, o povo brasileiro — lamentou.

O jurista declarou que a reforma previdenciária ignora a realidade no serviço público e procura colocar o servidor como o "grande vilão". O representante da AMB lembrou que vários servidores que estão próximos da aposentadoria já estão cumprindo um regime de transição — resultante da última reforma previdenciária, durante o primeiro mandato de Lula — e ponderou que a reforma da Previdência deveria ocorrer somente para os novos ingressantes no sistema.

— O que se está fazendo, e por isso eu insisto que ela é desumana, é alcançando as pessoas que estão no meio do caminho, que não tiveram a oportunidade de fazerem as escolhas, porque a escolha foi feita quando o sistema previdenciário era bem outro — explicou.

Antonio Rodrigues da Silva, presidente da Associação Nacional dos Procuradores e Advogados Públicos Federais (Anprev) destacou que a reforma, além de não conter nenhum novo benefício aos contribuintes, ataca os três fundamentos para sua concessão: a idade mínima, que é aumentada, o tempo de contribuição, que é ampliado, e o valor do benefício, que é diminuído.

Diante de tantas "perversidades" constantes na reforma, ele destacou a redução do acesso ao benefício de prestação continuada para o idoso e a ampliação do prazo de carência para acesso ao benefício previdenciário de 15 para 25 anos. O representante da Anprev citou dados do INSS segundo os quais com o novo prazo de carência em vigor, apenas 24% dos atuais aposentados por idade estariam em gozo de benefício e 76% não teriam conseguido comprovar os 25 anos de carência.

— A PEC 287 tem por objetivo privatizar a previdência pública. Ela está sendo feita para atender aos desejos dos bancos e seguradoras privadas. Não tem qualquer preocupação de natureza social — protestou.

Para Antonio Rodrigues da Silva, se o objetivo for corrigir distorções e promover a inclusão de novos beneficiários, é possível promover reformas sem necessariamente cortar ou reduzir direitos.

Crimes contra a Previdência

Representando a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Antônio José de Carvalho Araújo ressaltou que o governo foca no déficit de R\$151,9 bilhões em 2016, mas não leva em consideração os crimes diversos contra a Previdência.

De acordo com ele, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional estima que o Brasil deixe de arrecadar cerca de R\$ 500 bilhões ao ano em tributos devido à sonegação fiscal, principalmente das grandes empresas.

— Nesse mundo de devedores, das 100 empresas que mais devem a União as dez primeiras são da indústria do cigarro — alertou.

O representante da Ajufe ressaltou que a dívida ativa da União já alcança mais de R\$ 1,8 trilhão, dos quais mais de R\$ 400 bilhões são de dívidas relativas à Previdência. O valor, ressaltou, é quase três vezes superior ao “déficit”. Ele disse ainda que cerca de 1% dos devedores de tributos são responsáveis por 70% do estoque da dívida previdenciária e fiscal. Ainda segundo Araújo, 42% das dívidas de contribuições previdenciárias que o governo tem cobrado tem entre média e alta recuperabilidade.

Devedores contumazes

Ele destacou ainda que muitos desses devedores da Previdência são contumazes. E pediu punições severas. Conforme explicou, o devedor contumaz, diferente do devedor eventual, é aquele cidadão ou empresa que, mesmo em uma crise econômica, têm condições de pagar suas tributações, mas não pagam.

— Não pagam porque se aproveitam de uma prática desleal, não pagando a tributação, esperando uma benesse do governo, que são os planos de recuperação fiscal, muitos deles oriundos desde o ano 2000 e intensificados. Eles se aproveitam e fazem disso uma atividade econômica estratégica de sua atividade — argumentou, defendendo a cassação da permissão para atividades empresariais do devedor contumaz.

Auditoria

Os debatedores defenderam uma auditoria nas contas da Previdência e a melhoria da fiscalização. Segundo eles, a reforma da Previdência não pode avançar sem que as contas sejam abertas e que os números sejam mostrados e auditados.

Entre as medidas para a existência de uma previdência pública, de caráter solidário, Antonio Rodrigues da Silva destacou o combate à sonegação fiscal e a exigência das autoridades competentes responsáveis pela gestão, no âmbito da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda, a efetiva cobrança das dívidas ativas, “que estão paralisadas e, via de consequência, sendo alcançadas pelo instituto da prescrição”.

Paulo Penteado Teixeira, representante da Associação Paulista do Ministério Público (APMP) afirmou que, quando se fala em déficit, não é uma questão de Previdência, mas de gestão.

— O caminho aqui não é cortar benefício social. É abrir novas possibilidades de se recuperar esse dinheiro perdido — afirmou o juiz Guilherme Guimarães Feliciano, da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra).

Aprovação de reformas é fundamental para sustentabilidade da desinflação, diz ata

06/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

A ata do último encontro do Comitê de Política Monetária (Copom), publicada nesta terça-feira, 6, pelo Banco Central, repetiu dois parágrafos que destacam a importância da aprovação de reformas estruturais para a sustentabilidade do processo de desinflação. O Copom cita especialmente as reformas de natureza fiscal – como a da Previdência –, mas também os ajustes referentes a políticas creditícias e de natureza parafiscal.

“(Essas reformas) são fundamentais para a sustentabilidade da desinflação, para o funcionamento pleno da política monetária e para a redução da taxa de juros estrutural da economia, com amplos benefícios para a sociedade”, repete o documento.

A ata também volta a destacar a importância de outras reformas e investimentos em infraestrutura que visam aumento de produtividade, ganhos de eficiência, maior flexibilidade da economia e melhoria do ambiente de negócios.

“Esses esforços são fundamentais para a estabilização e a retomada da atividade econômica e da trajetória de desenvolvimento da economia brasileira”, conclui o colegiado.

Economia global

A ata divulgada pelo Banco Central passou a destacar a evolução favorável recente da economia global. Esse cenário ocorre a despeito das incertezas já citadas no documento anterior, em relação a possíveis mudanças na política econômica nos EUA, à evolução dos preços de commodities e aos rumos da economia chinesa – acrescidos agora da incerteza sobre o apetite ao risco por ativos de economias emergentes.

“O cenário externo, apesar de favorável no momento, apresenta considerável grau de incerteza e pode dificultar o processo de desinflação”, considera o documento.

Ainda assim, a ata voltou a avaliar que a economia brasileira apresenta hoje uma maior capacidade de absorver eventual revés no cenário internacional, devido à sua situação mais robusta de balanço de pagamentos e ao progresso no processo desinflacionário e na ancoragem das expectativas.

Economia segue com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, diz BC

06/06/2017 – Fonte: Tribuna PR

A ata do último encontro do Comitê de Política Monetária (Copom), publicada nesta terça-feira, 6, pelo Banco Central, repetiu a avaliação de que a economia segue operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego.

O documento passou a considerar que, até o momento, o cenário externo tem se mostrado favorável, na medida em que a atividade econômica global mais forte tem mitigado os efeitos de possíveis mudanças de política econômica nos países centrais. No documento anterior, o Copom ainda citava apenas as incertezas com relação à dinâmica do cenário externo.

“O comportamento da inflação permanece favorável, com desinflação difundida inclusive nos componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária. É necessário acompanhar possíveis impactos do aumento de incerteza sobre a trajetória prospectiva da inflação”, completou a ata.

Estabilização e retomada gradual

A ata do Copom avalia ainda que os dados recentes corroboram o cenário de estabilização e perspectiva de retomada gradual da economia. O colegiado ressalta que essa retomada, no entanto, pode ser mais (ou menos) demorada e gradual do que a antecipada.

“A manutenção, por tempo prolongado, de níveis de incerteza elevados sobre a evolução do processo de reformas e ajustes na economia pode ter impacto negativo sobre a atividade econômica”, pondera o documento.

O Copom considera exatamente a incerteza sobre a aprovação de reformas como o principal fator de risco também no cenário básico para inflação. “Isso se dá tanto pela maior probabilidade de cenários que dificultem esse processo, quanto pela dificuldade de avaliação dos efeitos desses cenários sobre os determinantes da inflação”, completa a ata.

Entre esses determinantes, estariam justamente a atividade econômica e as expectativas de inflação, mas também as estimativas da taxa de juros estrutural e os preços de ativos financeiros relevantes.

Além disso, o Copom destaca que a desinflação dos preços de alimentos e de preços industriais pode ter efeitos secundários na inflação, contribuindo para quedas adicionais das expectativas de inflação e da inflação em outros setores da economia.

Crise política dificulta queda mais rápida dos juros, afirma BC

06/06/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Banco Central sinalizou ao mercado que pode reduzir o ritmo de corte de juros na próxima reunião em meio ao cenário de incertezas provocado pela crise política.

Na ata do Copom (Comitê de Política Monetária) divulgada nesta terça (6), o BC se concentrou nas turbulências e na necessidade de aprovação das reformas trabalhista e da Previdência.

O comitê relata que avaliou se sinalizaria ou não ao mercado que a Selic pode ter um ritmo de redução moderado na próxima reunião.

Por um lado, a avaliação foi que o impacto da crise sobre a inflação é incerto. "Por outro lado, salientou-se a necessidade, nesse momento, de oferecer direcionamento e elementos para reduzir a incerteza (e o escopo de possibilidades) sobre a trajetória futura da política monetária", relata o documento.

Segundo a ata, o ritmo de cortes "continuará dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos, de possíveis reavaliações da estimativa da extensão do ciclo e das projeções e expectativas de inflação".

No comunicado divulgado na quarta (31), quando a Selic foi reduzida em um ponto percentual, o BC já havia focado neste cenário, citando a palavra "incerteza" cinco vezes (o termo foi usado duas vezes na decisão de abril).

Os juros foram reduzidos, por unanimidade, para 10,25% ao ano, o que era esperado pelo mercado após a delação da JBS atingir o presidente Michel Temer.

Antes da delação, o próprio BC considerava o cenário de inflação esperada abaixo da meta e de atividade econômica fraca e apontava para uma redução maior que um ponto na reunião de maio.

Como a delação do dono da JBS atingiu o presidente Temer, ameaçando a aprovação de reformas, a expectativa do mercado mudou de um corte de 1,25 ponto percentual para a manutenção do ritmo anterior.

Foi o sexto corte consecutivo na taxa básica –o atual ciclo de redução começou em outubro do ano passado.

JUROS ESTRUTURAIS

A ata diz que a crise política dificulta a queda mais rápida das estimativas para a taxa de juros "estrutural", que depende de fatores como perspectivas para política fiscal, produtividade, melhor ambiente de negócios e redução do crédito subsidiado.

Lembrou também que a crise política pode ter efeitos opostos sobre a inflação. A manutenção por tempo prolongado de um cenário de incertezas teria efeito de redução da variação de preços sobre a economia. "Por outro lado, o impacto da incerteza sobre a formação de preços e sobre as estimativas da taxa de juros estrutural pode ter direção oposta", afirma no documento.

As reformas, enfatizou o comunicado, são fundamentais para manter a inflação sob controle.

"Todos os membros do Comitê reenfatazaram que a aprovação e implementação das reformas, notadamente as de natureza fiscal, e de ajustes na economia brasileira, incluindo aqueles referentes a políticas creditícias e de natureza parafiscal, são fundamentais para a sustentabilidade da desinflação, para o funcionamento pleno da política monetária e para a redução da taxa de juros estrutural da economia, com amplos benefícios para a sociedade."

Dólar cai ante real com BC e teto informal, mas cautela permanece com cena política

06/06/2017 – Fonte: Reuters



Depois de subir até o nível de 3,30 reais nesta terça-feira, o dólar atraiu vendedores e caía, movimento ajudado ainda pela volta do Banco Central ao mercado de câmbio no dia em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) inicia o julgamento da chapa Dilma Rousseff-Michel Temer.

Às 11:24, o dólar recuava 0,25 por cento, a 3,2798 reais na venda, depois de marcar 3,3025 reais na máxima da sessão. O dólar futuro cedia 0,70 por cento.

"Pelo que temos visto, o dólar tem obedecido a banda de 3,25 a 3,30 reais", afirmou o operador da corretora H.Commcor, Cleber Alessie Machado.

Essa banda informal veio com a cautela dos investidores diante da cena política, após o presidente Temer ser duramente atingido por delações de executivos do grupo J&F e passar a ser investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por crime, entre outros, de corrupção passiva.

Nesta noite, terá início o julgamento da chapa Dilma-Temer pelo TSE, que pode culminar na saída do presidente. Para os investidores, o importante é que as reformas trabalhista e da Previdência continuem andando no Congresso Nacional.

Por essa razão, estavam atentos à votação da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, marcada para esta sessão.

A volta do BC ao mercado também ajudava no movimento de queda do dólar. A autoridade monetária realizará nesta sessão leilão de até 8,2 mil swaps cambiais tradicionais --equivalente à venda futura de dólares-- para iniciar a rolagem dos contratos que vencem julho, de 6,939 bilhões de dólares. .

Se mantiver esse ritmo até o final do mês e vender sempre todos os swaps, rolará integralmente o vencimento do próximo mês. A rolagem com vencimento em junho também foi integral, equivalente a 4,435 bilhões de dólares.

Maior produtora do mundo, China enfrenta escassez de aço

06/06/2017 – Fonte: Bloomberg

O maior produtor de aço do mundo pode estar enfrentando escassez de aço. Faltam vergalhões na China, segundo a produtora de minério de ferro Fortescue Metals Group,

que afirma que o déficit desse produto-chave ajuda a explicar a divergência entre o preço da commodity que a empresa extrai da terra e a liga produzida a partir dela.

Existe uma escassez de vergalhões, disse o CEO da Fortescue, Nev Power, em entrevista à Bloomberg Television em Pequim, na segunda-feira, citando fechamentos de algumas siderúrgicas na China, especialmente operadoras de fornos de indução. O vergalhão, ou barra de reforço, é um item básico usado para reforçar o concreto.

A China produz metade do aço no mundo e nos últimos anos tem sido mais associada à produção excessiva, ao aumento das exportações de aço e ao mergulho dos preços.

Essa dor estimulou o governo — incitado pelas autoridades do Grupo dos Sete — a prosseguir com encerramentos de plantas desatualizadas, promover a consolidação e limpar o ar poluído pelas chaminés. Nos últimos 12 meses, o fechamento de fornos de indução, que utilizam eletricidade, tem sido um foco.

“Os fornos de indução normalmente produzem vergalhões e como esses fornos foram fechados criou-se uma falta de vergalhões e os preços subiram”, disse Power à Bloomberg Television. “Acreditamos que as margens que estão sendo obtidas com o vergalhão no momento não sejam de longo prazo e que com a chegada da produção nova veremos essas margens voltarem ao normal.”

O ferro caiu neste ano devido às preocupações com a oferta e às projeções de que a demanda poderá diminuir na China, mas em contrapartida o vergalhão subiu. Trata-se de uma divergência em relação ao padrão dos últimos anos, quando se moveram em sintonia, sendo que a Shaw and Partners e a Liberum Capital sinalizaram a mudança. O minério à vista com 62 por cento de teor ferroso estava em US\$ 57,79 a tonelada na sexta-feira, queda de 27 por cento neste ano, segundo a Metal Bulletin.

Há sinais de um possível déficit com o recuo dos estoques nacionais ou dos vergalhões, apesar de os analistas dizerem que a tendência agora pode estar perdendo força porque outros produtores estão ampliando a oferta. Os estoques de vergalhões na China encolheram todas as semanas desde meados de fevereiro e agora estão no menor nível desde dezembro.

‘Escassez de vergalhões’

“A eliminação de alguns fornos de indução na verdade levou à escassez de vergalhões na China”, disse Xu Huimin, analista da Huatai Futures em Xangai. “Contudo, podemos estar chegando a um ponto de inflexão, já que a demanda começou a perder força e a oferta deverá aumentar.”

A queda do minério de ferro neste ano surge em meio ao aumento da oferta, inclusive dos principais produtores, a Austrália e o Brasil, sendo que a Vale iniciou um período de aceleração de quatro anos de seu maior projeto, o S11D. Em abril, o governo australiano disse esperar que a produção das maiores mineradoras superará a demanda, o que prejudicaria os preços.